

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FABIANA BENASSI CARNEIRO

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: PERCEPÇÕES E PERSPECTIVAS DE VIDA
ATUAIS E DE FUTURO NA ÓTICA DE ALGUMAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS**

CURITIBA

2016

FABIANA BENASSI CARNEIRO

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: PERCEPÇÕES E PERSPECTIVAS DE VIDA
ATUAIS E DE FUTURO NA ÓTICA DE ALGUMAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS**

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^a Me. Elaine Cristina da Silva Koehler

CURITIBA

2016

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: PERCEPÇÕES E PERSPECTIVAS DE VIDA ATUAIS E DE FUTURO NA ÓTICA DE ALGUMAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS

Fabiana Benassi Carneiro

RESUMO

Este trabalho buscou identificar a percepção e perspectiva atual e de futuro na vida de algumas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família antes e depois de receberem o benefício. Os dados coletados foram de entrevistas realizadas como atividade do módulo II do curso de Especialização Educação Pobreza e Desigualdade Social por meio de questionários com 249 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. No qual solicitou a cada cursista que entrevistasse ao menos uma família beneficiária. Os dados foram compilados pela coordenação do Curso de Pós-graduação em Educação, Pobreza e Desigualdade Social e disponibilizados a todos os cursistas. Destas, foram selecionadas 14 questões que versaram sobre a caracterização dos participantes e como percebiam o uso do benefício para a saúde, educação e alimentação. Os achados dessa pesquisa indicam que o Programa Bolsa Família parece trazer para a os beneficiários impactos positivos em seu cotidiano, ao mesmo tempo que contribui para diferentes percepções, principalmente no que se refere à escolaridade. Os resultados apontam para uma distância tênue entre o que esperam e o que de fato pretendem realizar no futuro.

Palavras-chave: Bolsa Família, Educação, Pobreza, Desigualdade Social.

1 INTRODUÇÃO

A pobreza se expressa numa realidade de profunda desigualdade social, de injusta distribuição das oportunidades de desenvolvimento e bloqueio das possibilidades de satisfação das necessidades humanas.

Estudos (ARROYO, 2010) apontam que crianças e adolescentes pobres, desde cedo são obrigados a entrar na guerra da sobrevivência, deixando a educação em segundo plano, e buscando caminhos da droga, da prostituição, da mendicância, tais fatos estão relacionados a não garantia que possuem de suas necessidades básicas supridas. Diante desses fatores e características, os sujeitos

que neles se enquadram são considerados marginalizados, excluídos, em detrimento à outra parcela da população têm acesso à saúde, ao lazer e aos melhores colégios.

Diante desse contexto, algumas políticas afirmativas, como o Programa Bolsa Família o qual impõe a condição de frequência à escola pressupondo que a educação pode auxiliar os adolescentes e conseqüentemente suas famílias a lutar por melhores condições de vida, superar suas dificuldades e a lutar por seus direitos.

Este enfoque indica que a pobreza está presente no cotidiano da sociedade, na escola, na mídia e também nas pesquisas e estudos sociais. Não se pode a negar a existência dos pobres nas escolas, não se pode ocultá-los. A partir desse contexto instaurou-se a seguinte questão: qual a perspectiva desses beneficiários do Programa Bolsa Família sobre seu futuro e a superação da pobreza?

Este trabalho se propõe a identificar a percepção e perspectiva atual e de futuro na vida de algumas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família antes e depois de receberem o benefício.

Realizou-se também uma revisão da literatura científica sobre o assunto a fim de analisar os diferentes enfoques que os estudos e pesquisas apresentam sobre o tema.

2 POBREZA, EDUCAÇÃO E BOLSA FAMÍLIA

a) Conceitos e discussões sobre a Pobreza:

A pobreza está relacionada a carência de valores e pressupõe-se que a solução é educá-los nos valores do trabalho, da dedicação e da perseverança, desde a infância. A imagem dos pobres como ausentes de valores também é reforçada pela mídia, ao mostrar a pobreza associada à violência e a crimes como consumo e venda de drogas, furtos e roubos. Esta situação traz sérias conseqüências para a escolarização dos pobres, esquecendo que eles têm o direito à escolarização e ao conhecimento.

A ideia de que os pobres são pobres porque não trabalham e não encontram trabalho porque não possuem a qualificação e a qualificação exigida pelo mercado é cada vez mais seletiva. Logo, acabam no desemprego, no subemprego, no biscate

informal ou explorando de maneira tradicional e improdutiva a terra e os recursos que possuem. Essa interpretação, parte de uma visão ingênua acerca dos processos sociais, econômicos e das relações políticas que regem o desenvolvimento econômico e a apropriação da riqueza, da renda do trabalho, sua concentração e sua apropriação nas relações de classe. Aos pobres são negados os direitos sociais mais básicos, como alimentação, teto, renda e trabalho, os quais é atribuição do Estado garantir (ARROYO, 2010).

A pobreza corresponde à condição de não satisfação das necessidades humanas elementares como alimentação, abrigo, vestuário, educação, assistência à saúde, entre várias outras. A pobreza, medida pela insuficiência de renda, alcança mais de um quarto da população brasileira e dissemina-se por todas as regiões e áreas do país. As definições de pobreza geralmente levam em conta a renda das famílias e uma linha de pobreza, baseada no custo estimado para aquisição das necessidades humanas básicas. Contabilizam-se como pobres as famílias cuja renda seja inferior à linha da pobreza. Quando a linha da pobreza se baseia apenas no custo da alimentação, fala-se em pobreza extrema, indigência ou mesmo em insegurança alimentar (MONTEIRO, 2003).

O combate à fome deverá ser orientado, basicamente, para aumentar os *direitos* dos pobres, dando-lhes acesso a alimentos e às demais condições (habitação, saneamento, serviços de saúde, educação etc.) para uma vida saudável. Isso poderia ser obtido através de um processo de redistribuição da renda e/ou desenvolvimento econômico acelerado, que beneficiasse particularmente os pobres, dando-lhes a oportunidade de ter bons empregos. Pré-requisito, a longo prazo, é um sistema de educação básica que dê a todos a possibilidade de exercício de uma profissão, dentro de uma economia moderna (HOFFMANN, 1995).

Porém, a visão da sociedade é reduzida e individualista, ou seja, aqueles que se esforçarem serão exitosos, e os preguiçosos serão fracassados. Os pobres são os sem-terra, sem-teto, sem-trabalho, sem-renda, sem-escola, sem-saúde, cujas vidas se encontram nos limites da sobrevivência. Ao reconhecermos que a pobreza é uma questão social, passaremos a vê-la também como uma questão política, como um problema de Estado e, assim, a exigir as políticas de Estado capazes de alterar essa realidade.

Podemos observar a história da educação no Brasil, onde o processo de desigualdade está caracterizado desde o início da colonização. O acesso à

educação era negado aos indígenas, aos negros, aos pobres. Ao longo dos anos o direito à educação foi sendo conquistado pelas classes minoritárias, é o exemplo das cotas nas universidades (HOFFMANN,1995).

b) Programa Bolsa Família:

O Programa Bolsa Família foi criado por medida provisória em 2003 e convertida na Lei nº 10.836, de janeiro de 2004. Segundo Ribeiro e Estrella (2008), o Programa Bolsa Família é considerado um dos mais ambiciosos programas de benefício social na América Latina, procura reduzir a pobreza e as desigualdades sociais existentes por meio da transferência de recursos financeiros para as famílias que vivem em estado de pobreza e extrema pobreza em todo país. Propõe combater a transmissão de pobreza entre gerações, através de condicionalidades de educação e saúde aos beneficiários como manter crianças e adolescentes em idade escolar frequentando a escola e cumprir os cuidados básicos em saúde. Seguindo o calendário de vacinação para as crianças entre 0 e 6 anos, e a agenda pré e pós-natal para as gestantes e mães em amamentação e, na articulação inter setorial a fim de viabilizar que as famílias consigam acessar outras políticas e programas que possibilitem a melhoria de suas condições de vida.

Para monitorar e avaliar o cumprimento das condicionalidades foi criado o índice de gestão descentralizada (IGD), é o principal instrumento utilizado pelo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) para monitorar a qualidade da implementação do cadastro único e o cumprimento das condicionalidades do Bolsa Família, se baseia em dados da administração municipal, e é formado por quatro componentes (RIBEIRO E ESTRELLA, 2008):

- indicador de qualidade do cadastro único: número de famílias no "cadastro" dividido pela estimativa de famílias no município com renda até 1/2 salário mínimo *per capita*; (salário mínimo em 2016: R\$ 880,00);
- indicador de certificação do cadastro único: os municípios devem recadastrar todos os beneficiários existentes e potenciais ao menos a cada dois anos para assegurar a validade do cadastro;
- indicador de condicionalidade de educação: número de estudantes entre seis e 15 anos de idade, beneficiários do programa, atendidos nas escolas, dividido pelo

número total de crianças no município, na mesma idade, beneficiadas pelo Bolsa Família;

- indicador de condicionalidade de saúde – número de famílias com informação sobre saúde monitoradas pelo SISVAN (Sistema Nacional de Vigilância Alimentar e Nutricional). Através desse sistema, os municípios registram informações de saúde sobre os beneficiários do Programa Bolsa Família e as repassam ao Ministério da Saúde, dividido pelo número total de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família com perfil de saúde a ser monitorado pelo programa.

As políticas sociais constituem um subconjunto das políticas públicas relacionadas a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado e se relacionam à distribuição de benefícios sociais para reduzir as desigualdades estruturais decorrentes da trajetória do desenvolvimento socioeconômico, usualmente nas áreas de educação, saúde, previdência, habitação, saneamento etc., e executadas sob a responsabilidade do Estado. O Programa Bolsa Família é hoje o maior programa de transferência de renda condicionada do mundo, beneficiando desde sua implantação milhões de famílias, podemos afirmar que o mesmo tem alcançado o principal objetivo que é a redução da pobreza. (CASTRO et al, 2009).

A frequência à escola é uma das condicionalidades do programa bolsa família: todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar matriculados e com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária e os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência de 75%, as crianças e adolescentes precisam frequentar a escola para permanecer no programa.

Essa condicionalidade é fundamental, pois a escola é um espaço de relações, de respeito mútuo, de aprendizagem, de convívio diário; através da educação, se dá a construção do sujeito e de que forma ele vai atuar no mundo, pois, a cidadania como princípio de pertinência, como *status* e como *pathos* igualitário, constitui-se ainda em ponto de observação imprescindível para se medir o grau de coesão social alcançado pelas diferentes sociedades, bem como a magnitude de suas fraturas sociais e políticas (REGO, 2008).

Os direitos sociais são decisivos para dotar as pessoas de capacitação mínima para a constituição de sujeitos políticos demandantes de recursos públicos para atender às várias necessidades da vida, ou seja, constituir-se cidadão com plenos direitos de cidadania com direitos políticos, sociais e civis.

Falar de perspectivas da educação é discutir, as ideias, os valores e as práticas educacionais que as perpassa, marcando o passado, caracterizando o presente e abrindo possibilidades para o futuro. A educação tradicional e a nova têm em comum a concepção da educação como processo de desenvolvimento individual, porém a educação desse século muda o enfoque do individual para o social, político e ideológico. (GADOTTI, 2000).

O futuro da sociedade brasileira está na dependência da sua transformação em uma sociedade menos excludente. Construir o futuro implica investir na educação, na perspectiva de uma política educacional voltada para os interesses humanos da sociedade, visando à superação intencional e planejada de suas forças de exclusão social (SEVERINO, 2002).

Por outro lado, as famílias em situação de extrema pobreza, na busca de alternativas à sobrevivência expõem seus filhos aos riscos pela necessidade de gerar renda e sustento, negando muitas vezes o direito à educação, uma vez que as políticas públicas não conseguem efetivar suas ações plenamente.

3 METODOLOGIA

O procedimento metodológico adotado para a presente pesquisa foi o levantamento de dados por questionário, a partir de 249 entrevistas realizadas aos beneficiários do Programa Bolsa Família, levando em consideração o perfil desses beneficiários, e conseqüentemente suas perspectivas em relação ao futuro. Os dados coletados foram de entrevistas realizadas como atividade do módulo I do curso de Especialização Educação Pobreza e Desigualdade Social com beneficiários do Programa Bolsa Família. No qual solicitou a cada cursista que entrevistasse ao menos uma família beneficiária. Os dados foram compilados pela coordenação do Curso de Pós-graduação em Educação, Pobreza e Desigualdade Social e disponibilizados a todos os cursistas. Ao iniciar a entrevista, foi explicado ao entrevistado o motivo e o tema da entrevista, sobre o curso de especialização e objetivos.

A primeira ação foi a autorização do beneficiário para a realização da entrevista, sendo as informações registradas em forma de texto. O roteiro da entrevista possuía questões objetivas e subjetivas como: quantas pessoas tem a

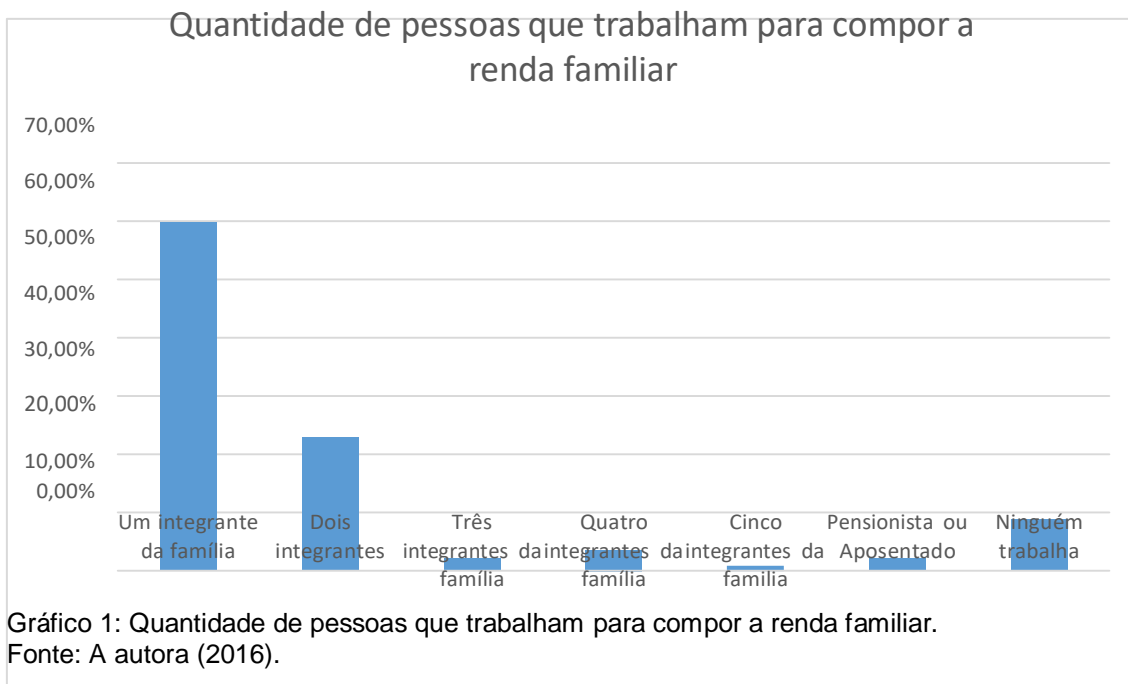
família? Quantos trabalham? Qual a renda familiar? Dados sobre a história de vida dos entrevistados, suas expectativas e representações sociais como: onde nasceu? De onde são seus pais? Qual a escolaridade dos seus pais? Qual a sua escolaridade? A respeito do Programa Bolsa Família foram feitas as seguintes perguntas: Quem decide como o dinheiro do benefício será usado? O que mudou na sua vida depois que você começou a receber a bolsa família? Como era a alimentação da família antes da Bolsa Família? Como é a alimentação da família hoje? Como era o cotidiano da família antes de receber a Bolsa Família? Como é o cotidiano da família atualmente? Quem recebe a Bolsa Família? Como se decide onde e/ou como será utilizado o recurso da Bolsa Família? E questões sobre a escolaridade da família ao longo das gerações: qual a expectativa de escolaridade para os filhos das famílias que recebem a bolsa família, até que série acha que as crianças vão estudar e até que série quer que elas estudem?

Para análise dos dados foram selecionadas nove questões para a caracterização dos participantes e cinco questões específicas sobre como era a vida, o cotidiano do entrevistado antes e depois do Bolsa Família.

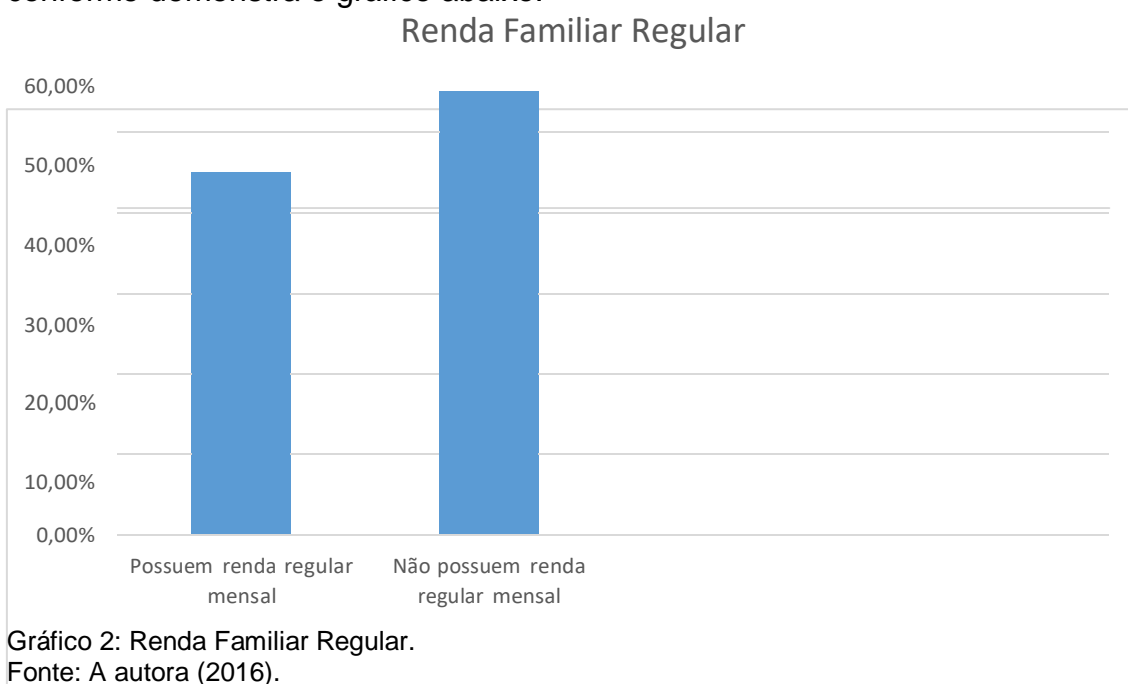
4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Em relação à quantidade de pessoas que moram com os entrevistados, os dados apontam que, o número de pessoas que moram com os entrevistados varia entre 2 a 18 pessoas.

No que se refere à quantas pessoas da casa do beneficiário trabalham para compor a renda familiar, 59,84% responderam que apenas uma pessoa trabalha; 22,90% responderam que duas pessoas trabalham, 2% responderam que três pessoas trabalham; 3,62% responderam que quatro pessoas trabalham, 0,8% responderam que cinco pessoas trabalham; 8,84% responderam que ninguém trabalha e 2% são pensionistas ou aposentados (conforme gráfico 1).



Ao encontro disso, as famílias entrevistadas revelaram que 55,02% não possuem uma renda regular mensal e 44,98% possuem renda regular mensal, conforme demonstra o gráfico abaixo:



A renda familiar mensal dos beneficiários varia entre aqueles que recebem até um salário mínimo, sendo a maioria 58,62% (R\$ 880,00 valor do salário mínimo

vigente em 2016), aos 34,53% que recebem até dois salários mínimos ou ainda, 1,60% que recebem acima de dois salários mínimos até três salários e meio. Sendo que, 5,22% não possuem nenhuma renda, conforme apresentado no gráfico 3, abaixo:

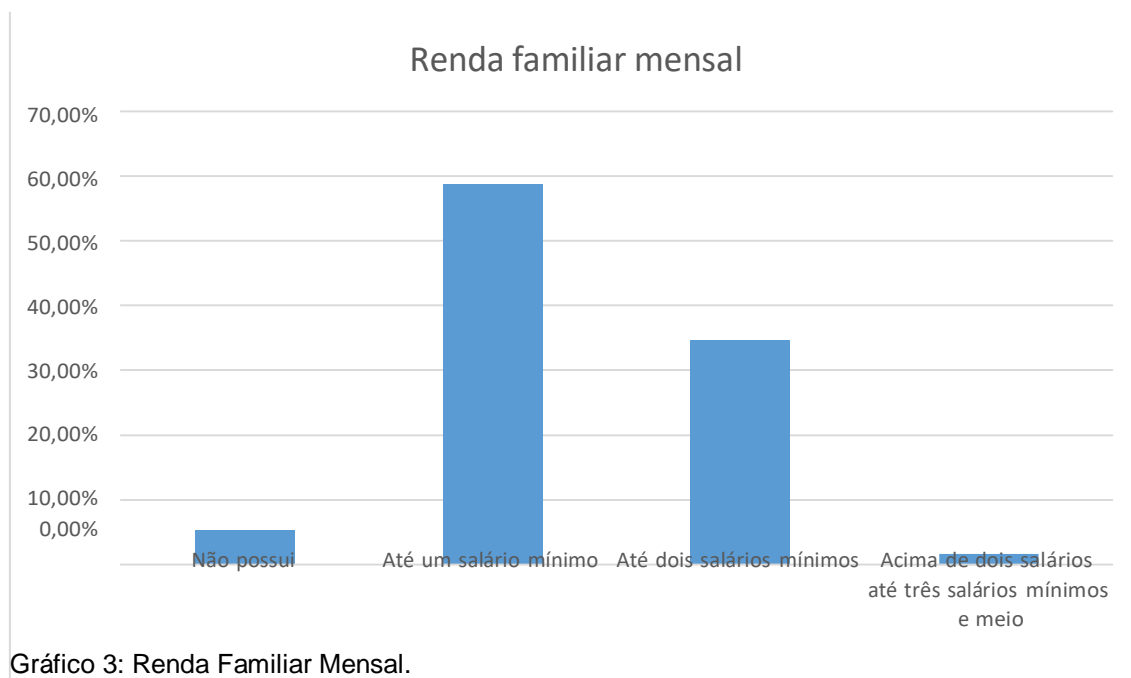
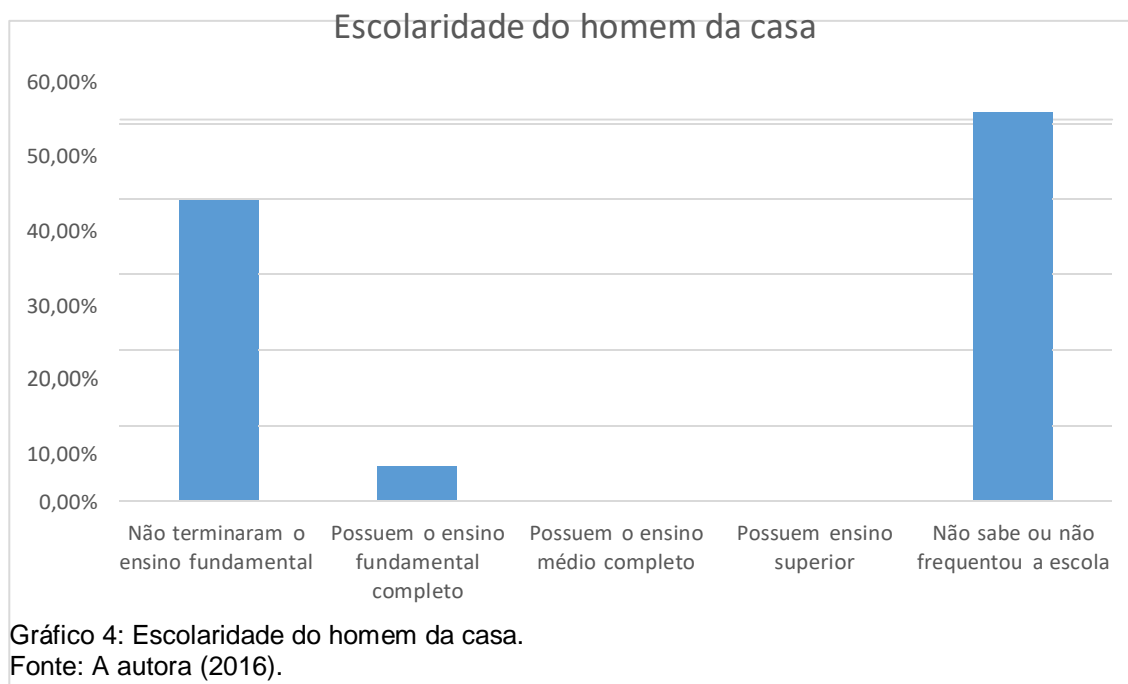


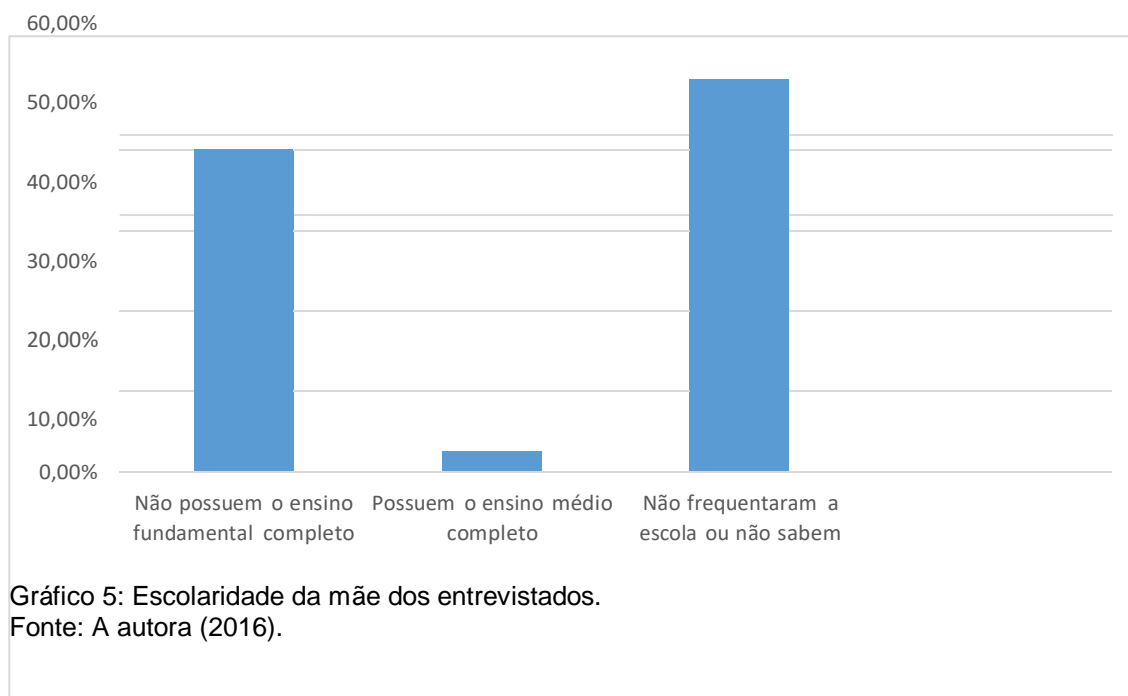
Gráfico 3: Renda Familiar Mensal.
Fonte: A autora (2016).

No quesito educação, os dados revelam que a escolaridade, em relação aos pais (homem da casa) dos entrevistados, 39,76% não terminaram o ensino fundamental, apenas 4,42% possuem o ensino fundamental completo, 1,2% possui o ensino médio completo, 0,4% possui o ensino superior completo, e, ainda a grande maioria (51,4%) não sabe ou não frequentou escola, como demonstrado o gráfico

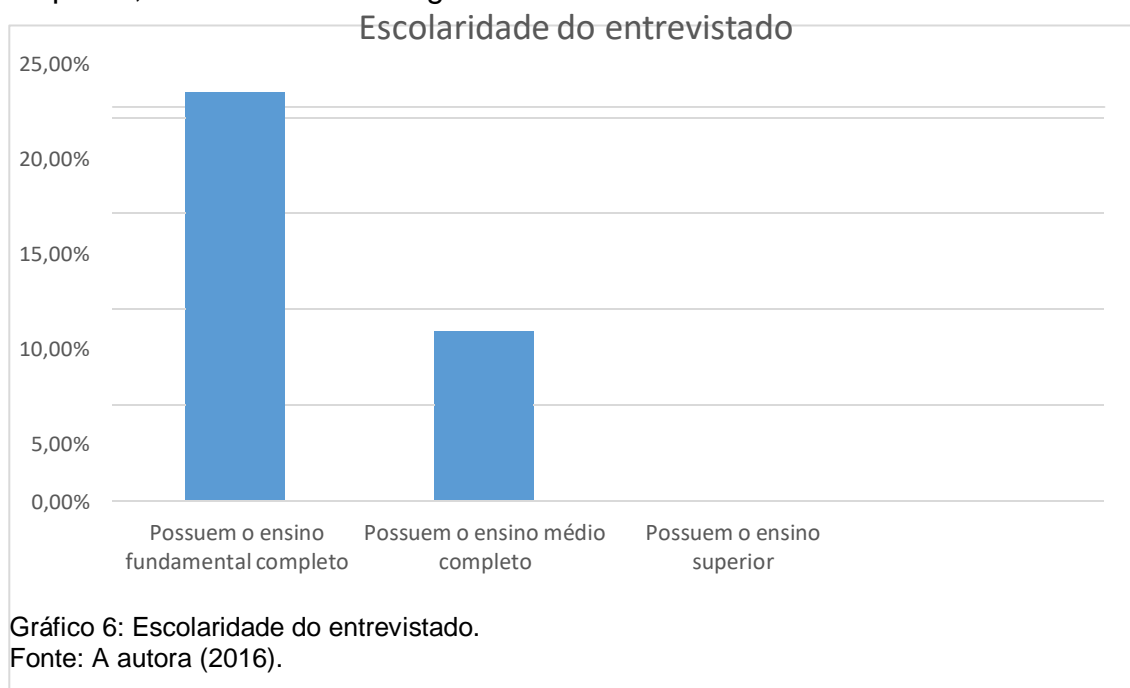


Em relação a escolaridade da mãe dos entrevistados, 40,57% não possuem o ensino fundamental completo, 2,4% possuem o ensino médio completo; 48,6% não frequentaram a escola ou não sabem, como mostra o gráfico 5.

Escolaridade da mãe dos entrevistados

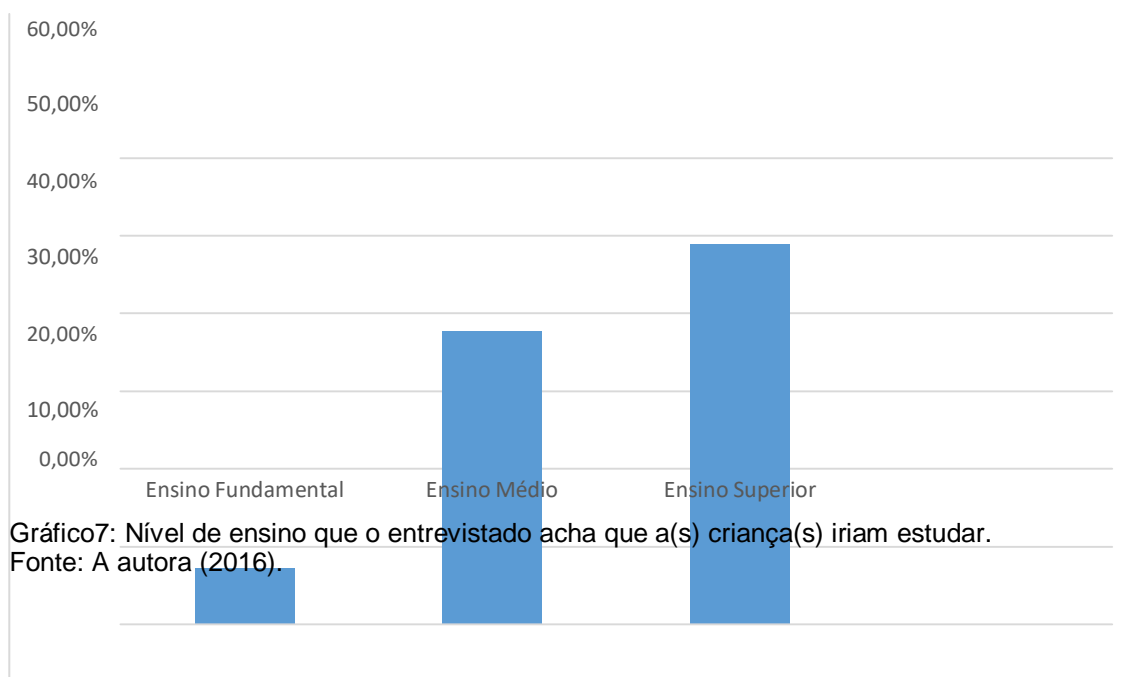


Sobre a escolaridade do próprio entrevistado, 21,29% possuem o ensino fundamental completo, 8,84% possuem o ensino médio completo e 0,4% possui o ensino superior, como demonstra o gráfico 6.

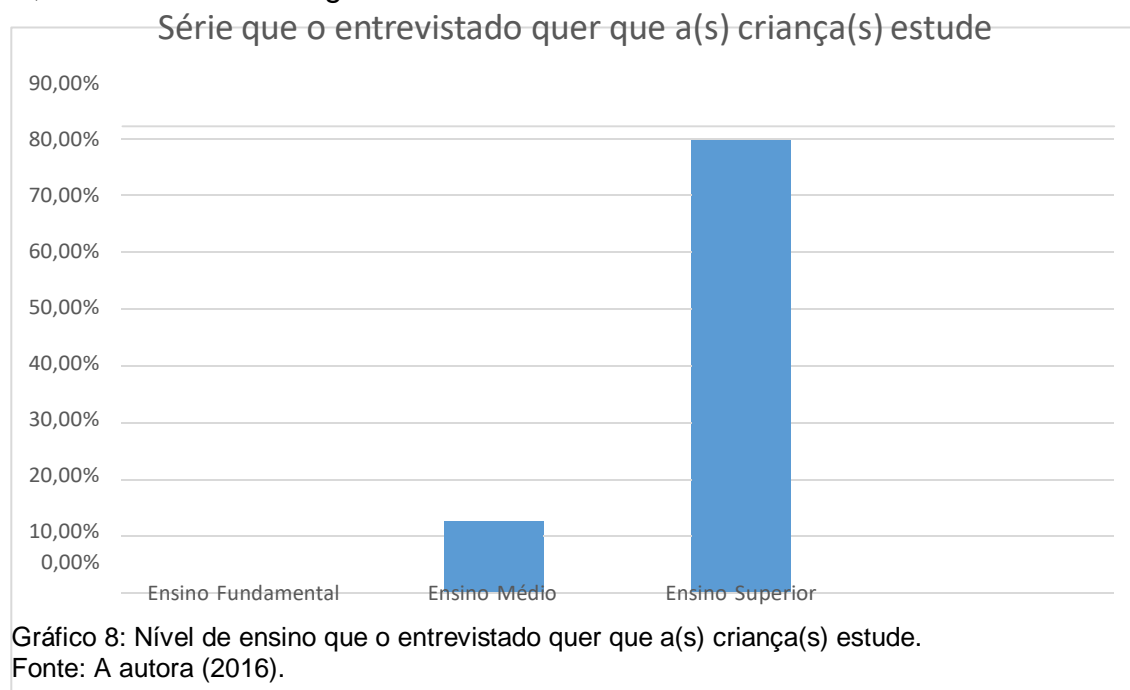


Quando perguntado até que série o entrevistado acha que a(s) criança(s) iriam estudar, 7,23% responderam o ensino fundamental, 37,75% o ensino médio, e 49% o ensino superior, conforme gráfico 7 abaixo:

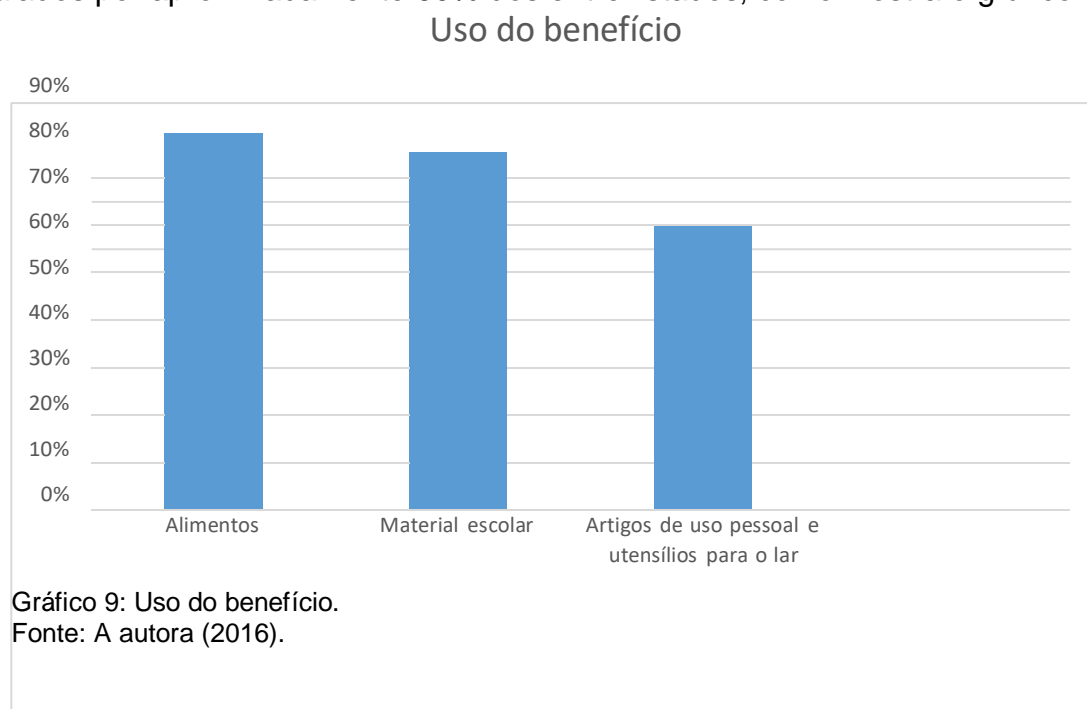
Nível de ensino que o entrevistado acha que a(s) criança(s) iriam estudar



Em relação à série que o entrevistado quer que a(s) criança(s) estude, 0,8% responderam que o ensino fundamental, 12,45% o ensino médio, 79,52% o ensino superior, como demonstra o gráfico 8.



Sobre o uso do benefício, o item mais frequente nas entrevistas foi à compra de mais alimentos (79%) e de mais material escolar (75%). Os itens sobre a aquisição de mais artigos de uso pessoal e de mais utensílios para o lar foram assinalados por aproximadamente 60% dos entrevistados, como mostra o gráfico 9.



Em relação às mudanças ocorridas na vida do entrevistado depois que começou a receber o benefício do Programa Bolsa Família, a alimentação foi o item que mais apareceu nos relatos das entrevistas. Antes de receber o Benefício do Bolsa Família, a maioria dos entrevistados tinham apenas o necessário para a alimentação e agora podem dar algo melhor para os filhos. A alimentação era apenas o básico, arroz, feijão, macarrão, óleo, carne de vez em quando nos finais de semana, eventualmente comprava-se frutas e verduras e dificilmente comprava algo que tinha vontade, a renda familiar era mais precária do que a do momento. Alguns relatos revelaram que algumas famílias passavam fome e outras dificuldades, neste cenário, a alimentação era apenas para sobrevivência, alguns não comiam todos os dias, e na maioria das famílias essa era de baixa qualidade. Relataram ainda que era difícil a situação alimentar, não podiam comprar frutas, iogurte e guloseimas, como relata o entrevistado 64: “Era somente o básico mesmo, praticamente passamos necessidade. Nunca o dinheiro dava para comprar a carne e outras misturas: ovos, macarrão e frutas”.

Em relação a alimentação das famílias atualmente, os entrevistados responderam que melhorou consideravelmente, pois puderam adquirir alimentos de melhor qualidade e variedade, comprar carne mais vezes, frutas, verduras, leite, ovos, iogurte, bolachas, como relata o entrevistado 13: “Melhorou, pois agora é possível comer carne mais vezes e até iogurte e bolachas”.

Os filhos têm uma alimentação de melhor qualidade que antes do recebimento do benefício, mesmo com restrições, pois não é um valor que consiga suprir todas as necessidades nutricionais da família.

Alguns relatos revelaram ainda que em relação à educação dos filhos houve uma melhora considerável, pois o recurso recebido é revertido em prol dos mesmos na aquisição de materiais escolares e até cursos de informática, conforme relato do entrevistado 2: “Melhorou consideravelmente sendo que este dinheiro ela sempre reverte em prol dos filhos, como, alimentação e materiais escolares”. O recurso recebido também é utilizado em menor proporção para a compra de medicamentos quando necessário, calçados e utensílios para o lar, conforme relata o entrevistado 170: “Com o dinheiro do programa comecei a pagar dentista da minha filha e ficou mais fácil comprar algumas coisas pra casa porque o dinheiro vem todo mês”.

Por outro lado, alguns afirmam que o recurso recebido é mínimo, não alterando o cotidiano da família, pois o custo de vida está cada vez mais alto, bem como o custo da energia elétrica, água encanada e gastos com a saúde, conforme relato do entrevistado 199: “Não mudou muita coisa, pois a família recebe apenas R\$60,00 reais”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão da pobreza em nosso país é um problema de grande magnitude devido à distribuição de renda desigual, que é resultado de problemas sociais como falta de acesso à educação e conseqüentemente a falta de oportunidade de trabalho para as camadas menos favorecidas da população.

Analisando o gráfico sobre a escolaridade, a maioria dos entrevistados possuem o ensino fundamental completo e gostariam que seus filhos estudassem até a faculdade, porém acreditam que irão concluir apenas o ensino médio, devido a necessidade de ingressar no mercado de trabalho.

Percebeu-se nessa pesquisa que antes de receber o benefício assistencial do Programa Bolsa Família, os entrevistados tinham mais dificuldades em relação à alimentação que era apenas o básico para sobreviver e após o recebimento do benefício melhorou bastante a qualidade da alimentação, incluindo carne, laticínios e até algumas guloseimas.

Programas como o Bolsa Família tornam-se necessários para suprir o básico às famílias pobres como alimentação e aquisição de materiais escolares desse modo, colaborando para a formação de futuros cidadãos que sejam capazes de atuar em sociedade e mudar a realidade até então vivida.

Os índices de pobreza e extrema pobreza caíram na última década devido aos avanços sociais no Brasil neste cenário parece que o programa Bolsa Família pode ter contribuído para a redução da pobreza e melhoria da situação dos mais pobres. A partir das entrevistas realizadas é possível inferir que de fato, o valor monetário (que é pouco), repassado às famílias beneficiárias do programa Bolsa Família parece ter favorecido a aquisição de alimentos e demais itens de primeira necessidade, porém ainda está faltando uma política de geração de renda para que essas famílias não dependam desse benefício.

6 REFERÊNCIAS

ARROYO, M.G. **Políticas Educacionais e Desigualdades: À procura de novos significados**. Campinas. 2010, v.31, nº113, p.1381-1416.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo e MENDONCA, Rosane.

Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. *Rev. bras. Ci. Soc.*[online]. 2000, vol.15, n.42, pp.123-142. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid. Acesso em 18 de set de 2016.

LIBÂNEO, J.C. **O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres**. 2012, v.38,n.1,p.13-28.Out.2011: Disponível em: <http://www.scielo.br/> . Acesso em: 12 de abr. de 2016.

ESTRELLA, Juliana and RIBEIRO, Leandro Molhano. **Qualidade da gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família: uma discussão sobre o índice de gestão descentralizada**. *Rev. Adm. Pública* [online]. 2008, vol.42, n.3, pp.625-641. Disponível em: <http://www.scielo.br/> . Acesso em: 01 de ago. de2016.

CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de; WALTER, Maria Inez Machado Telles; SANTANA, Cora Maria Bender de and STEPHANOU, Michelle Conceição. **Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira**. *Opin. Publica* [online]. 2009, vol.15, n.2, pp.333-355. Disponível em: <http://www.scielo.br/> . Acesso em: 01 ago. de 2016.

BICHIR, Renata Mirandola. **O Bolsa Família na berlinda? Os desafios atuais dos programas de transferência de renda**. *Novos estud. - CEBRAP* [online]. 2010, n.87, pp.115-129. Disponível em: <http://www.scielo.br/> . Acesso em: 01 de ago. de 2016.

REGO, Walquiria Leão. **Aspectos teóricos das políticas de cidadania: uma aproximação ao Bolsa Família**. *Lua Nova* [online]. 2008, n.73, pp.147-185. Disponível em: <http://www.scielo.br/> . Acesso em: 01 de ago. de 2016.

GADOTTI, MOACIR. **Perspectivas atuais da educação**. *São Paulo Perspec.* [online]. 2000, vol.14, n.2, pp.03-11. Disponível em: <http://www.scielo.br/> . Acesso em: 02 de ago. de 2016.

MERHY, Emerson Elias. **O desafio que a educação permanente tem em si: a pedagogia da implicação.** *Interface (Botucatu)* [online]. 2005, vol.9, n.16, pp.172-174. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. Acesso em: 02 de ago. de 2016.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Educação e universidade: conhecimento e construção da cidadania.** *Interface (Botucatu)* [online]. 2002, vol.6, n.10, pp.117-124. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. Acesso em: 02 de ago. de 2016.

MONTEIRO, Carlos Augusto. **A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil.** *Estud. av.* [online]. 2003, vol.17, n.48, pp.7-20. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. Acesso em: 02 de ago. de 2016.

HOFFMANN, Rodolfo. **Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil.** *Estud. av.* [online]. 1995, vol.9, n.24, pp.159-172. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. Acesso em: 02 de ago. de 2016.

TORRES, Haroldo da Gama; BICHIR, Renata Mirandola and CARPIM, Thais Pavez. **Uma pobreza diferente? Mudanças no padrão de consumo da população de baixa renda.** *Novos estud. - CEBRAP* [online]. 2006, n.74, pp.17-22. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. Acesso em: 02 de ago. de 2016.

MAGALHAES, Rosana. **Enfrentando a pobreza, reconstruindo vínculos sociais: as lições da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida.** *Cad. Saúde Pública* [online]. 2002, vol.18, suppl., pp.S121-S137. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. Acesso em: 02 de ago. de 2016.